Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social

ADRIANA DIAS*

No presente artigo discutiremos a organização do discurso capacitista desde a formulação eugênica do século XIX, definida por Francis Galton, às correntes teóricas que sustentam a contemporânea discussão acerca do capacitismo, a partir dos estudos de gênero e de raça.

A ideia de eugenia galtoniana permitiu a conceituação do antônimo "*dysgenik"*, que significava "o enfraquecimento do potencial genético", e se baseava na concepção de uma melhoria racial, utilizando-se de métodos como esterilização forçada e até mesmo assassinato. A forma mais radicalizada de eugenia estatal se deu no regime nazista com a promulgação, em 14 de julho de 1933, da lei de prevenção contra a "prole geneticamente doente" (Das Gesetz zur Verhütung erbkranken Nachwuchses, doravante GezVeN). Cerca de 260 mil pessoas, definidas como doentes físicas ou mentais foram esterilizadas. Posteriormente, dezenas de milhares destas pessoas foram assassinadas.

Michel Foucault, ao tratar da biopolítica e sua relação com o poder descreveu: "O poder de morte aparece como complemento de um poder que se exerce positivamente sobre a vida, que procura administrá-la, aumentá-la, exercer sobre ela controles precisos e regulações gerais" (Foucault, 1978). Nesse sentindo, é notável, a GezVeN exerce ao mesmo tempo no regime nazista, o poder de morte sobre as populações tidas como ameaçadoras para o ideal ariano de raça, e o poder de vida, porque ampliaria o poder de vida deste ideal absurdo.

Embora tenhamos a tendência de entender essas concepções como oriundas de um estado de exceção, é importante salientar que as vítimas da GezVeN *nunca foram indenizadas*, só foram consideradas dignas pelo estado alemão, oficialmente, de respeito e compaixão em 1988, e a lei, de fato, só foi revogada em 2007. Isso aponta como o debate a respeito da dignidade das pessoas com deficiência é de suma importância, o que reforça a necessidade de discutir o capacitismo.

Capacitismo é a concepção presente no social que lê as pessoas com deficiência como não iguais, menos aptas ou não capazes para gerir a próprias vidas, e segundo Campbell (2001, 44), capacitismo (ableism), define-se como: "uma rede de crenças, processos e práticas que produz um tipo particular de compreensão de si e do corpo (padrão corporal), projetando um padrão típico da espécie e, portanto, essencial e totalmente humano. A deficiência para o capacitista é um estado diminuído do ser humano.

Segundo Fiona Kumari Campbell o capacitismo está para o segmento da pessoa com deficiência o que o racismo significa para os afro-descedentes ou o machismo para as mulheres: vincula-se com a fabricação de poder (2001, 44). O tema deve ser problematizado partindo de um imaginário de padrão corporal normatizado: assim como as relações baseadas na raça (1972, 172), as relações baseadas na deficiência também são estruturadas: "*com o apoio intencional ou não intencional de toda a cultura*". Isto é fundamental para a discussão em pauta, visto que como denunciou Richard Delgado (2000) *"a situação dos membros de minorias raciais é análoga ao que vivem as pessoas com deficiência"*. O mesmo foi discutido por Adriana Dias em *Raça e Deficiência* (2012): *"quando o feminino é marcado por discriminações múltiplas, o racismo se soma ao capacitismo para gerar isolamentos vários, estigmas sobrepostos"*. Causa imenso sofrimento: *"O sofrimento agravado por uma consciência de incurabilidade tende a deixar o indivíduo ainda mais consciente de sua solidão"*. (COX 1948, APUD DELGADO 2000, 132) Neste sentido, o capacitismo é profundamente subliminar e embutido dentro da produção simbólica social. Faz parte de uma 'grande narrativa', uma concepção universalizada e sistematizada de opressão sobre o conceito da deficiência. Importa, portanto, mapear-se as discussões teóricas que ampliam esta discussão.

Mesa: Corpo, Gênero e Identidade

Introdução

> *Por muitos anos, tornou-se uma marca de cortesia e rigor intelectual notar ocasiões em que o racismo, o sexismo, o preconceito de classe ou a fluência no discurso se dão. [...] No entanto, há um silêncio estranho e realmente inexplicável quando a questão da deficiência é levantada: o silêncio é estranho, também, uma vez que grande parte das críticas da esquerda dedicou-se à questão do corpo, da construção social da sexualidade e gênero.Corpos alternativos, pessoas, discurso: gay, lésbica, hermafrodita, criminal, médico, e assim por diante. Mas à espreita por trás dessas imagens de transgressão e desvio há uma figura muito mais transgressor e desviante: o corpo com deficiência.*
>
> Lennard J. Davis, *Impondo Normalidade*

O presente ensaio, que se insere no campo dos denominados *estudos a respeito de deficiência* pretende enfrentar um debate interdisciplinar paradigmático ontológico em relação a fundamentos epistemológicos da deficiência na teoria existente, em termos da ação política, discutindo a pesquisa e suas práticas, a fim de interrogar a organização do discurso capacitista, dentro do universo simbólico social, em especial, em sua configuração como 'grande narrativa', fundamentalmente histórica e relacional. (DAVIS, 1997, 2002; BARTON, 1996; OLIVER, 1992, 1996; JOHNSTONE, 1998; LINTON, 1998; SHAKESPEARE, 1998; THOMAS, 1999; CORKER & FRENCH, 1999;DEVLIEGER ET AL, 2003, BARNES & MERCER, 2003;. RIDDELL & WATSON, 2003; ALBRECHT, 2005).

A Organização Mundial de Saúde estima que cerca de 15% da população mundial viva com pelo menos uma deficiência. O Censo de 2010 no Brasil, que parece ter supervalorizado a deficiência visual[1], aponta que aproximadamente 24% da população brasileira vivenciam a experiência da deficiência. No Brasil, o Censo relatou, ainda, que 6,5% da população vive com deficiência em sua forma mais severa. No entanto, menos de um por cento da população com deficiência no Brasil trabalha de maneira formal. A grande maioria das pessoas com deficiência (PcDs) não termina o primeiro grau, grande parte dos moradores de rua são

[1] As causas dessa supervalorização foram discutidas em um artigo logo após a divulgação dos dados do Censo. Cf. Dias, Adriana O CENSO 2010 e as pessoas com deficiência. Disponível online

pessoas com deficiência. Entre os mais pobres, a população com deficiência se destaca, no Nordeste e no Norte, centenas de milhares, com deficiências que tem origem em doenças raras, não diagnosticadas. Na população de rua, as pessoas com deficiência também estão presentes em grande número, e se recortarmos em gênero, as mulheres com deficiência são sempre as mais esquecidas, mais pobres e mais vulneráveis. A deficiência, em mulheres, nas classes mais pobres é fruto muitas vezes de gestações mal acompanhadas e partos de alto risco. Meninas, jovens e mulheres com deficiência são muito mais vulneráveis a abusos sexuais que as que não tem deficiência.

Ações afirmativas tentam dar conta de incluir as pessoas com deficiência na sociedade: trabalhar conjuntamente para aumentar a politização e a experiência das PcDs, problematizar e compreender as causas de invalidez, exclusão, opressão e da marginalização das PcDs, promover práticas que permitem incluir e informar, instituir e fiscalizar uma legislação de políticas antidiscriminatórias; desenvolver métodos transversalmente das quais as pessoas com deficiência compartilhem mais plenamente no processo de pesquisa; agenciar uma comunidade inclusiva. No entanto, mesmo com tanto esforço e empenho da sociedade civil, do governo, da comunidade científica e dos ativistas com e sem deficiência, parece muito longe, infelizmente, uma sociedade que considere as pessoas com deficiência parte de seu todo e cada pessoa deste segmento um ser humano totalmente cidadão. Permanece na moldura social uma compreensão da deficiência que deve ser analisada historicamente, e compreendida como uma narrativa que visa elaborar uma concepção muito estreita de normalidade.

Para fins de análise, ao elaborarmos a estrutura do presente artigo, em que se problematizará a organização do discurso capacitista a partir da formulação eugênica do século XIX, às correntes teóricas que sustentam a contemporânea discussão acerca do capacitismo, a partir dos estudos de gênero e de raça, três elementos estruturantes da construção social do capacitismo serão considerados: (a) a compreensão da deficiência e a história da eugenia; (b) o papel do conceito de normalidade e suas implicações na conceituação da deficiência e, finalmente, (c) a ofensiva mais recente do neoliberalismo e seus resultados nas populações marginalizadas, incluindo as pessoas com deficiência.

Primeiramente, gostaria de salientar que se traduz como capacitismo a palavra inglesa ableism, que significa a discriminação por motivo de deficiência" Segundo a CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, da ONU, esta discriminação pode ser definida *"como qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável"*. (ART 2º). A concepção central expressa por capacitismo pode ser associado com a produção de poder pela narrativa social, relacional com a temática do corpo e ao padrão corporal perfeito, dito normal e normativo. É um neologismo que sugere um afastamento da capacidade, da aptidão, pela deficiência. A tradução para o português, segundo Anahi Guedes Mello, deve seguir o espanhol e o português de Portugal orientar-se para o capacitismo.

Obviamente, esta narrativa não se iniciou recentemente. Na Idade Média, por exemplo, o Papa Inocêncio III é lamentavelmente misógino sobre o tema da mulher: *"o sangue menstrual"*, registra ele, *"se deixado no sexo feminino após a concepção para que a criança em seu ventre seja alimentado por ele, é perigoso: é tão detestável e impuro que, em contato com ele frutas irão falhar a brotar, pomares secarão, ervas murcham, as próprias árvores largam seus frutos, se um cão comer, enlouquece Quando uma criança é concebida, se contata o sangue menstrual nasce com lepra ou monstruosa (com deficiência) por nascer desta corrupção."* O texto, que consta de On the Misery of the Human Condition (DIETZ, 1969), denuncia o arqueológico imaginário misógino da Idade Média, e o padrão narrativo relacional entre teológico e ginecológico. É evidente, a relação entre deficiência e feminino não se inicia com Inocêncio III e suas ideias acerca do sangue menstrual, mas estas citações servem para demonstrar como esse relacional simbólico era desenvolvido, a ponto de contar em textos papais clássicos, formadores de gerações de sacerdotes. Suas obras latinas, uma delas a que contém este texto, é um dos textos católicos mais lidos de todos os tempos, em especial pelos grupos mais conservadores, e consta da formação dos principais seminários da Igreja. Também é evidente que nem todo discurso religioso é capacitista. No entanto, por questões de recortes analíticos, o presente artigo se deterá nos discursos construídos a partir

do debate eugênico do século XIX, muitos deles construídos numa interface entre religião, mítica e um léxico biológico.

Finalmente, o artigo pensará como a ofensiva neoliberal tende a radicalizar o discurso capacitista de maneira ainda mais perversa, exatamente por estabelecer-se como uma racionalidade política "*exitosa e normativa*" (BROWN, 2005, p. 694), cuja influência e dominação simbólica é muito mais ampla que meramente a esfera econômica. Essa racionalidade política abarca *"ampliar e disseminar os valores de mercado para todas as instituições e ações sociais, assim como o próprio mercado continua a ser uma esfera distintiva"* (BROWN, 2005, p. 40). Neste sentido, a governa-mentalidade neoliberal perscruta e a reorganiza as práticas de governança e cidadania (BROWN, 2005; ROSE, 1996) e deseja que os agentes sociais virem atores empresariais nas mais completas esferas da vida e que reduzam sua autonomia moral na medida de sua capacidade de "auto-cuidado" – esta, previamente definida pela capacidade de dar conta de suas necessidades e ambições. Neste léxico, as pessoas com deficiência são visivelmente não ajustáveis. Recentemente, ao indagar a uma supervisora de uma famosíssima marca de cosméticos com dezenas de lojas no país como estava o cumprimento das cotas, me surpreendi porque ela sequer sabia da lei. Ela imaginava que ao empregar pessoas com deficiência receberia isenção e impostos. Ao informá-la da necessidade legal, ela afirmou: **talvez** no escritório, então, **nunca** na loja.

Isto posto, revisitemos inicialmente o alicerce teórico de Francis Galton, e as políticas que se derivaram de sua proposta.

De uma vida "mais talentosa" à "morte misericordiosa": uma breve história da eugenia

Em 1863, Sir Francis Galton, primo de Charles Darwin, concebe a teoria que propõe: se as pessoas talentosas elegerem como parceiros apenas outras pessoas talentosas, a consequência seria, com certeza, uma mensurável prole mais perfeita. Ao desembarcarem nas terras estadunidenses, as idéias eugênicas americanos arrebataram fervor religioso: assim como na revelação mendeliana de transmissão de cor e tamanho de ervilhas, se creditava aos genes a possibilidade de definir a população: escolher parcerias adequadas garantiria o caráter social, biológico e intelectual de todo o povo.

Diante do imenso conflito racial do final do século XIX, elitistas, utopistas e os chamados "progressistas" fundiram seus medos raciais latentes e viés de classe com o seu “desejo” de fazer um mundo melhor. A eugenia de Galton serviu rapidamente, a uma ideologia repressiva e racista. Ansiava-se pelos loiros tipos nórdicos, de olhos azuis. Eles dominariam os negros libertos, trabalhadores imigrantes asiáticos, índios, hispânicos, europeus do leste, judeus, os pobres, os enfermos e os não capacitados. É importante salientar que ao escolher o elemento nórdico como símbolo, insere-se no discurso eugênico um dos universos simbólicos mais misóginos possíveis: como muito bem apontou Davi Clarck (2012) a saga Edda, fundadora da mitologia nórdica, é uma meditação a respeito da masculinidade violenta e acerca da sexualidade profundamente vingativa, além de explorar continuadamente a culpabilização das mulheres pela violência masculina. Note-se portanto, que ao escolher este universo simbólico, a eugenia define um traçado racista e machista, do qual jamais se desvinculará. Em *Mein Kampf* , publicado em 1924, Hitler citou ideologia eugenista estadunidense como modelo para a construção do que desejava para a República Alemã.

A 14 Julho 1933, o sonho hitlerista se materializa no formato de uma lei que permitiria a dita “higiene racial”. A campanha do partido nacional socialista anunciara a lei de prevenção contra a “prole geneticamente doente” (Das Gesetz zur Verhütung erbkranken Nachwuchses, doravante GezVeN). A lei determinava que as pessoas que possuíam determinadas condições tidas como congênitas, (retardo, esquizofrenia, bipolaridade, transtorno maníaco-depressivo, epilepsia, doença de Huntington, cegueira, surdez ou deformidade física grave) fossem conduzidas para um processo de esterilização, do qual faziam parte um parecer médico e uma autorização judicial. Mais de 400 mil pessoas foram esterilizadas na Alemanha.

Além da esterilização, após a GezVen, o programa Aktion T4 assassinou mais de 260 mil pessoas com deficiência na Alemanha, em nome da morte misericordiosa. O programa se valia do slogan: uma vida que não valia a pena ser vivida (FRIEDLANDER, 1995). Os higienistas estimavam uma despesa adicional de cerca de 100 milhões de marcos alemães por abrigar as crianças com deficiência em comparação com os alunos normais nas escolas alemãs (RICHTER, 1986).

Apesar de todo horror que a história da GezVen evoca, ela permaneceu muito mais que o regime nazista, apenas em 1988, a lei federal condenou a lei como lei nazista e considerou as esterilizações forçada realizadas entre 1933-1945 como “erradas”. Nesta mesma data afirmou como desumano a afirmação que as pessoas mortas eram "indignos de viver a vida" e afirmou que as vítimas de esterilização forçada e suas famílias eram dignas de respeito e compaixão. Mas, as vítimas e seus familiares jamais foram indenizados pelo governo. A lei só foi definitivamente revogada com em 2007, pela Lei Fundamental da República Federal da Alemanha. Fica evidente o quanto é difícil, mesmo ao reconhecer sua desumanidade para com as pessoas com deficiência, que a sociedade em questão, modelada em uma narrativa de compaixão, mas não de dignidade, assume um erro, mas não o indeniza. Esta é a sociedade capacitista.

A obsessão pela normalidade: régua e esquadro

Georges Canguilhem ao reconstruir brevemente a história acerca da noção de normalidade (CANGUILHEM, 2011, p.189), assinala que a palavra latina norma significa esquadro; *normalis* significa perpendicular, apontando, portanto, para que direção se desenvolveu a concepção do correto, do modelo, da regra, até se disseminar nas "*sagradas instituições pedagógica e sanitária"* (CANGUILHEM, 2011, 187). Aos poucos, o esquadro, vai sendo substituído, afirma o orientador de Foucault, pela régua, e a norma, vira a média, e a normalidade, uma condição dada por uma análise de um *espectrum* de organismos. A normatização e a normalização formataram a base das reformas hospitalar e pedagógica exprimindo uma exigência de racionalização que por fim se efetivou no âmbito político e econômico, sob a influência de um maquinismo industrial nascente (CANGUILHEM: 2011, 187).

O medo da anormalidade passa a povoar as instituições de forma radical e as pessoas com deficiência, traduções deste horror, seriam objeto de uma construção coletiva, da grande narrativa capacitista, como, posteriormente, escreveu Michel Foucault:

> *a grande família indefinida e confusa dos 'anormais', cujo medo obcecou o final do século XIX, não marca apenas uma fase de incerteza ou um episódio pouco feliz na história da psicopatologia; ela se formou em correlação com um conjunto de instituições de controle, com uma série de mecanismos de vigilância e de distribuição; e, ao ter sido quase inteiramente recoberta pela categoria de 'degenerescência', deu lugar a elaborações teóricas irrisórias, porém a efeitos duramente reais"* (FOUCAULT, 2007c, p. 61).

Tradicionalmente, em quase todos os países do mundo, o foco dos programas de saúde apostou na vigilância da "doença" e da "incapacidade". O *locus* de "incapacidade" é mirado apenas no aspecto biológico ao invés de pensá-lo como socialmente construído. Historicamente, no Ocidente, a prevenção da deficiência se deu por políticas de eugenia baseada em esterilização em massa de modo forçado, ou assassinato, de grupos considerados de alto risco genético.

O corpo da pessoa com deficiência, nos informa Lennard J. Davis, se tornou o grande pesadelo para o discurso da teoria da moda, porque a própria teoria é capacitista. *"O pesadelo*

do corpo da pessoa com deficiência, segundo ele é não se dobrar aos fluidos da sexualidade, o brilho da lubrificação, o glossário do corpo como texto, o plurilingüismo do intertexto, a glossalia do esquizofrênico" que tanto agradam os pós-modernistas. Ele não é fashion, sexy ele não vende make-up, não vende refrigerante, ele não vende bens de consumo, ele é tido como transgressor e desviante? Ele perturba? Perturbar as noções de corpo clássico e perturbar a idéia de um corpo aparelhado como teorizado por Deleuze e Guattari? Não seria ele também uma máquina desejante? Desejante de normalidade? Da normalidade imposta? Além disso, há um pressuposto nessa ideia de que a sociedade em geral está intacta, normal, definindo uma norma, sem danos, absolutamente homogênea, totalmente adequada (DAVIS, 1995, p. 14)

. Esta percepção constrói um conjunto de suposições (consciente ou inconsciente) e de práticas que promovem um tratamento desigual de pessoas por causa de deficiências reais ou presumidas. A isso denominamos capacitismo. Gerando distorções, lacunas e omissões em relação à concepção e apreensão da deficiência o capacitista inscreve o corpo por meio de um exame que é descrito por Tom Shakespeare da seguinte maneira: *"... a manutenção de uma identidade normal ... é o problema mais útil com a qual possa estar envolvido; ao invés de interrogar o outro, precisamos desconstruir a normalidade que deverá ser assumida"* (SHAKESPEARE 1999:28). Campbell aponta para a compulsão de internalização do capacitismo, pela dificuldade de se interrogar pela diferença, imaginar um ser humano diferente. Esta resistência ao outro resulta numa consideração da vida ontologicamente periférica como uma formas distintas menos humano produzindo uma desvalorização acentuada das pessoas com deficiência. Pode-se até conceder-lhe os direitos da piedade, mas nunca equipará-los à normalidade.

Campbell afirma ainda que o capacitismo tece uma rede de crenças, processos e práticas que produz um tipo particular de si e de corpo (o padrão corporal), que se projeta tipicamente, portanto, essencial e totalmente humano. Deficiência em seguida, é lançado como um estado diminuído do ser humano (CAMPBELL: 2001, 44).

Superação: o mito do especialismo e do super herói dentro da sociedade capacitista

A terceira e última parte do presente artigo pretende discutir duas questões: a formulação e organização do trabalho e do local de trabalho com base em concepções capacitistas dominantes, e um exame da interface entre neoliberalismo e capacitismo.

Um dos grandes desafios impostos à Pessoa com Deficiência no mundo contemporâneo é o desafio de autonomia. No Brasil, menos de um por cento das PcDs estão entre os trabalhadores. os empregadores e as trocas de emprego relacionadas concentrar exclusivamente na "capacidade" das pessoas com deficiência. Um dos motivos cruciais para a manutenção desta situação é que os postos de trabalho são planejados de acordo com as habilidades dos empregados e não revisitados de acordo com suas deficiências. Essa obsessão com a capacidade nega qualquer possibilidade de ver a pessoa com deficiência como igual, como humana, visto que, a priori, os empregadores violam concepções de adaptação razoável.

As pessoas com deficiência não são estimuladas, e muitas vezes são francamente desanimadas, de expor acerca de suas deficiências. A ideia é que o mundo do trabalho espera dela que "superarem" sua deficiência em um mundo "normal" o que tem sido duramente criticado no campo de estudos sobre deficiência (CLOGSTON, 1994). A idéia de superação, tenta criar um especialismo, para motivar as pessoas com deficiência a se imaginarem como super-heróis para os outros seguirem. Some-se a isso a dívida imediatamente construída: obriga-se a todas as PcDs a serem profundamente gratas com as imensa oportunidades dadas a elas por seus patrões, empregos e cotas, alienando-as da noção de que elas tem direito ao trabalho a autonomia.

No imaginário dominante de superação, em que o individualismo se dota de marca definitiva de status, poder, prioridade, ganho e excelência, o capacitismo encontra um excelente aliado no neoliberalismo. Em vez de organizar o cuidado comunitário, os indivíduos devem provar e voltar a provar a si mesmos como únicos, e sem mediadores, porque, no limite, “os outros são os outros e só”. A mediação se organiza em torno do corpo normal e de sua busca por individualidade e auto-sustentação e nunca por uma coletividade, afinal a característica definidora do neoliberalismo é ultrapassar qualquer forma de aliança solidária. Nesse mundo faustiano, as pessoas com deficiência são cada vez mais exploradas, e convidadas a acreditar que enquanto isso salvam o mundo, tornado-se exemplos.

Referências Bibliográficas

Brown, W. *Edgework*: *Critical Essays on Knowledge and Politics*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

Brown, W. American nightmare: Neoliberalism, neoconservativism, and de-democratization. *Political Theory*, 34(6), 2006: 690-714.

Campbell, Fiona Kumari. Inciting legal fictions: Disability date with ontology and the ableist body of the law. *Griffith Law Review*, 10, 2001: 42—62.

Campbell, Fiona Kumari. "Exploring Internalized Ableism using Critical Race Theory." *Disability & Society* 23:2, 2008: 151–162.

Campbell, Fiona Kumari. "Inciting Legal Fictions: Disability's Date with Ontology and the Ableist Body of the Law." *GriffithLaw Review* 10, 2001: 42-62

Canguilhem, Georges. *On the Normal and the Pathological*. London: D. Reidel Publishing, 1978.

Chouinard, Vera. "Making Space for Disabling Difference: Challenges Ableist Geographies." *Environment and Planning D: Society and Space* 15, 1997: 379–387. Clarck, David. *Gender, Violence, and the Past in Edda and Saga* Oxford University Press, 2012.

Clear, Mike. "The 'Normal' and the Monstrous in Disability Research." *Disability & Society* 14.4, 1999: 435–448.

Clogston, J.S. Disability coverage in American newspapers. In J. A. Nelson (ed.) *The disabled, the media and the information age*. Westport: Greenwood Press, 1994: 45-53.

Delgado, R. Storytelling for Oppositionists and Others: A Plea for Narrative, in: R. Delgado, & J, Stefancic (Eds). *Critical Race Theory The Cutting Edge*, 2nd Ed, Philadelphia: Temple University Press, 2000: 60 – 70.

Dias, Adriana Raça e Deficiência. Apresentação Oral em *Vozes (quase) esquecidas I Seminário de Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência*. São Paulo, Reatech 2012

Foucault, M. Sexualidade e Poder. Em *Ética, Sexualidade , Política: Coleção Ditos & Escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____ *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

Hans-Walter Schmuhl, Siehe Grenzüberschreitungen. *Das Kaiser-Wilhelm-Institut für Anthropologie, menschliche Erblehre und Eugenik 1927 - 1945*. Wallstein Verlag, Göttingen, 2005.

Hughes, Bill. "Being Disabled: Toward a Critical Social Ontology for Disability Studies." *Disability & Society* 22.7, 2007: 673-684.

Jones, J. Prejudice and racism. (Reading, Addison-Wesley Pubs). Johnson, L. and Moxon, E. *'In Whose Service? Technology, Care and Disabled People: The Case for a Disability Politics Perspective'*. Disability and Society 13, 1998: 241 - 258.

Lothario dei Segni. *On the Misery of the Human Condition*. Ed. Donald R. Howard. Trans. Margaret Mary Dietz. New York: Bobbs-Merrill, 1969.

Overboe, James. "Vitalism: Subjectivity Exceeding Racism, Sexism and (Psychiatric) Ableism." *Wag.a.du: A Journal of Transnational Women's & Gender Studies* 4. Summer, 2007: 23–34.

Razack, Shere. "Race, Space and Prostitution: the Making of the Bourgeois Subject." *Canadian Journal of Women & Law 10,* 1998: 338-376.

Shakespeare, T, Barnes, C & Mercer, G. *Exploring disability: a sociological introduction.* Londres: Cambridge, 1999.

Tong, Rosemary. "Dealing with Difference Justly: Perspectives on Disability*." Social Theory and Practice* 25, 1999: 519-530.

Watts, Ivan and Nirmala Erevelles. "These Deadly Times: Reconceptualizing School Violence by Using Critical Race Theory and Disability Studies." *American Educational Research Journal* 41.2 , 2004: 271–299.

Wolbring, G. Solutions follow perceptions: NBIC and the concept of health, medicine, disability and disease. *Health Law Review*, 12(3), 2004: 41-46.

Wolbring, G. The politics of ableism. *Development*, 51(2), 2008: 252-258.

World Bank. *People with disabilities in India: From commitments to outcomes. New Delhi: Human Development Unit, South Asia Region*, The World Bank, 2008.

WHO. *World report on disability.* Geneva: World Health Organization, 2011.